

# O modelo inglês



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
*Journalista*

Muitos anos atrás, o saudoso Paulo Brossard, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), ex-ministro da Justiça, ex-senador, antigo dirigente do MDB, estava em viagem a Londres e decidiu visitar o parlamento inglês em dia de reunião. Acompanhado por Lúcia, sua esposa, entrou nas galerias como qualquer mortal. Assistiu a violento debate, com acusações pesadas de parte a parte, e, pior, viu um parlamentar se sentar ostensivamente de costas para a tribuna, ler jornal com os pés na bancada e fumar enorme charuto. Dia seguinte, esperou que os jornais noticiassem o escândalo. Nenhuma palavra. Apenas notícia sobre o que foi aprovado na véspera. A televisão seguiu o mesmo caminho. Nada transmitiu sobre o enfrentamento ocorrido no parlamento.

Esse é o padrão anglo-saxônico. Ninguém pode fotografar reuniões da Suprema Corte norte-americana. Os ministros se reúnem com portas fechadas, discutem, debatem e discordam de maneira objetiva e nem sempre educada. Ao final, apenas anunciam o resultado. Também não costumam dar entrevistas nem palpitam sobre política nacional. São reservados e quietos. É o padrão criado pelo modelo inglês. Ninguém fotografa ou filma reunião da Corte suprema inglesa. E não se discute decisão judicial. As imagens que

a televisão exibe são cuidadosamente editadas para apenas informar sobre decisões do colegiado. Debates, acusações e alevisias ficam restritos àquele ambiente.

O modelo brasileiro está muito distante dos exemplos inglês e norte-americano. Os ministros do Supremo permitiram que sua imagem pública fosse enxovalhada com a exibição de maus modos, grosserias e ameaças; tudo com objetivo de não entrar no espinhoso assunto. Os ministros ficaram na periferia da pauta. E ainda expuseram as vísceras do sistema à visitação pública. Uma triste exibição de falta de discernimento político. Salvo, é claro, a intervenção tranquila da mineira culta, inteligente e sensível, que aproveitou o momento para fazer autocrítica, em nome do colegiado. A ministra Cármen Lúcia honrou Minas Gerais e se destacou diante dos colegas.

Além da lamentável exibição de grosserias, os ministros do Supremo apenas seguiram a tendência da política brasileira desde a Proclamação da República, que é buscar o entendimento. O ministro acusado, em vez de se defender, acusou o colega. A melhor defesa é o ataque. Os demais se dividiram na proteção de um ou outro. Armaram o espetáculo para o grande acordo ou a enorme pizza. Um ministro pediu vista do processo e terá 90 dias para recolocar o assunto em pauta. Esse prazo coloca a possível decisão dentro do recesso do Judiciário. Prazo absurdamente longo para os agitados tempos dessa corrida eleitoral.

Ou seja, a reunião será realizada depois de fevereiro do próximo ano, quando o futuro presidente da República já estará no pleno exercício de suas funções. Ele poderá negociar com os ministros envolvidos eventual renúncia, com aposentadoria antecipada dos acusados e o

esquecimento do assunto. O tema deve sair das preocupações nacionais e ser relegado à História. Isso é, se o presidente Donald Trump não fizer uma falseta com os brasileiros para transformar o Brasil numa Venezuela. É o que pretende o Eduardo Bolsonaro, que, nos Estados Unidos, tem movido mundos e fundos para prejudicar Lula e, por consequência, a economia nacional.

O espetáculo promovido pelos ministros do Supremo Tribunal Federal apenas reproduziu o debate eleitoral brasileiro. Há um grupo ligado ao candidato Flávio Bolsonaro e outro que prefere a reeleição de Lula. O presidente brasileiro, candidatíssimo, não tem responsabilidade sobre a nomeação de Alexandre de Moraes para o STF. Foi obra do então presidente Michel Temer. Mas a população identifica o ministro com as condenações do pessoal de 8 de Janeiro que tentou o golpe contra o poder estabelecido. E quer vingança. A conta da confusão vai ser apresentada ao atual ocupante do Palácio da Alvorada.

Não há nada de novo sob o sol no Brasil, com exceção para as imposições vindas de Washington. Trump parece saber o que quer, embora tenha errado muito na sua política externa. Não chegou a bom resultado na guerra contra o Irã, nem no constrangimento ao governo do Canadá. É mais fácil bater nos latinos, que não possuem outras armas além do diálogo. A novidade nesta eleição é a pressão do governo dos Estados Unidos contra, especificamente, a possível reeleição de Lula. O episódio ocorrido no plenário da Corte foi apenas a representação, com outros personagens, da disputa eleitoral brasileira. Um detalhe: se a tradição for respeitada, o próximo presidente do Supremo Tribunal Federal será seu atual vice-presidente, o ministro Alexandre de Moraes.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



## Direitos humanos e Convenção Interamericana: compromisso com a vida e com a Justiça



» FREI DAVID SANTOS  
*Pertence à Ordem dos Frades Menores (OFM), teólogo, filósofo e especialista em ações afirmativas*

Em matéria de direitos humanos voltada para a inclusão, o Brasil deu um passo que, talvez, a classe dominante não tenha tido noção do que estava aprovando no Congresso Nacional, em 2022. É a Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância. Foi anexada à Constituição Brasileira. A Educafro Brasil já venceu mais de 30 demandas jurídicas usando a Convenção, que não foi manipulada pelo Congresso Nacional, carregado de parlamentares que adotam o racismo estrutural e institucional como princípios.

Há parlamentares que manipularam, desonestamente, o texto do Estatuto da Igualdade Racial. O original, construído pela comunidade afro-brasileira, sob a liderança do senador Paulo Paim, era composto por verbos determinativos, mas removeram e colocaram autorizativos, enfraquecendo ou atingindo o Estatuto. A Convenção, anexada à nossa Constituição, é, talvez, cem vezes mais potente juridicamente que o Estatuto da Igualdade Racial.

Se ainda existe fome, racismo, violência, desemprego, abandono escolar e exclusão, podemos afirmar que os direitos humanos foram bloqueados para muitos/as. Com a Convenção, poderemos colocar todas as estruturas políticas brasileiras totalmente dominadas pelo racismo estrutural na Justiça

brasileira; e, se o Judiciário agir com maldade, como foi o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 7706, que anistiou multas a partidos que descumpriram cotas raciais e de mulheres, iremos até as Cortes Internacionais para garantir os direitos de afro-brasileiros/as negados em solo brasileiro.

Um exemplo fantástico: o Paraná, cujas estruturas são antidireito do povo negro, por meio de uma recomendação do Ministério Público, dirigida a cada prefeitura, só usando a Convenção, fez sair de 2% de prefeituras responsáveis, adotando cotas para negros nos concursos públicos, para mais de 80%.

Há quem diga que defender direitos humanos é defender privilégios. Não é. A pessoa que diz isso só pode estar com deficit em sua formação cidadã. Defender direitos humanos é defender a vida. É defender a Constituição. É defender o direito de cada criança, jovem, mulher e homem de viver com dignidade.

Foi diante dessa realidade que nasceu a Educafro Brasil, que chega em 2026 abrindo uma filial em Brasília. Não nasceu para fazer caridade. Nasceu para organizar esperança, denunciar injustiças e construir oportunidades. Nasceu para afirmar que filhos/as da população negra, indígena e pobres têm o mesmo direito de ocupar universidades, concursos públicos, tribunais, empresas, a política e todos os espaços de decisão.

Quando lutamos pelas ações afirmativas, cotas, permanência estudantil, alimentação, moradia universitária e acesso à Justiça, não estamos pedindo favores: estamos colocando em prática a Convenção. Estamos exigindo que a Constituição seja cumprida. Direitos humanos não podem depender da boa vontade dos Três Poderes. São direitos e precisam

ser usufruídos. Existem porque a dignidade humana não pode ser negociada.

O racismo continua sendo uma das maiores violações de direitos humanos no Brasil. Ele decide quem morre mais cedo, quem tem menos oportunidades, quem recebe os menores salários, quem encontra mais barreiras para estudar e quem quase nunca chega aos espaços de comando. Fingir que essa realidade não existe é permitir que continue produzindo sofrimento. A Convenção muda essa realidade!

A Educafro sempre acreditou que a educação e os direitos humanos são as ferramentas mais poderosas para romper esse ciclo. Cada estudante que ingressa numa universidade pública representa muito mais do que uma conquista individual. Representa uma família inteira que volta a acreditar. Um país que começa a implantar a justiça da reparação e sanar uma dívida histórica. Representa uma comunidade que passa a enxergar novos horizontes.

Mas educação, sozinha, não basta. É preciso construir políticas públicas capazes de garantir igualdade de oportunidades. É preciso que universidades, empresas, Poder Judiciário, Defensoria, Ministério Público, Legislativo e Executivo compreendam que diversidade não é concessão: é construção de justiça. Direitos humanos não pertencem à direita nem à esquerda. Pertencem às mães que desejam ver seus filhos e filhas voltarem vivos/as para casa. A jovens que sonham com o ingresso nas universidades. A todos/as que querem emprego digno e respeito às políticas de ações afirmativas. As pessoas com deficiência que exigem acessibilidade. Aos povos indígenas que defendem seus territórios. A quem migra e procura recomeçar a vida. É preciso coragem para enfrentar todas as formas de discriminação.

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha// [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## O calote silencioso de 2027

A inadimplência das empresas atingiu o maior nível da série histórica no Brasil. O levantamento divulgado nesta semana pela FecomercioSP, com base em dados do Banco Central, mostra que há nuvens carregadas se aproximando além do horizonte das eleições de outubro. Apenas no segundo trimestre de 2026, as empresas brasileiras acumulavam R\$ 86,1 bilhões em operações de crédito com atraso superior a três meses. Em apenas um ano, o montante cresceu 24%, o equivalente a quase R\$ 17 bilhões a mais, já descontada a inflação do período. Esse recorde não é sazonal, pois vale quando comparado a qualquer outro trimestre do calendário.

### Asfixia

A distribuição desse peso transforma um dado técnico em um grave problema social. As pequenas e médias empresas respondem por aproximadamente 43% da carteira de crédito, mas concentram três de cada quatro reais em atraso. As pequenas devem R\$ 33,4 bilhões (39% do total) e as médias, R\$ 31,7 bilhões (37%), apresentando uma alta de 34% em 12 meses. Além disso, entre as microempresas, o salto foi de 45%, subindo de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 9,9 bilhões.

### Setor produtivo

Por outro lado, as grandes companhias, que detêm quase metade de todo o crédito, mantêm o atraso bem abaixo da média. Elas possuem caixa, tesouraria e maior poder de negociação. Assim, não estamos diante de uma crise geral do setor produtivo, mas, sim, de uma asfixia seletiva das empresas mais frágeis. Há ainda um risco estrutural que os indicadores atuais escondem: o mercado de trabalho.

### Sepulcral

Nada disso aparecerá no debate eleitoral com a devida franqueza por uma razão simples: não há solução de curto prazo compatível com o horário eleitoral. Além disso, a solução não dependerá apenas do Palácio do Planalto. A agenda de crédito, tributação e reestruturação de dívidas depende do Congresso Nacional que será eleito em outubro. A experiência recente sugere que a fragmentação parlamentar costuma cobrar seu preço em emendas e renúncias fiscais, exatamente o oposto do que a trajetória da dívida pública comporta.

### Sem respostas

O eleitor tem o direito de exigir dos candidatos, ainda durante a campanha, que expliquem como pretendem tratar os R\$ 86 bilhões que as empresas brasileiras já não conseguem pagar. Nesse contexto, o silêncio é uma resposta clara.

### Na base

A FecomercioSP resume o aspecto mais preocupante do estudo ao apontar a ausência de qualquer sinal de melhora. Sem alarmismo, resta a constatação de que, quando 9,1 milhões de empresas estão negativadas e a inadimplência das empresas bate recorde em dois terços dos estados ao mesmo tempo, o problema deixou de ser conjuntural e passou a ser estrutural.

### Herança maldita

O vencedor de outubro herdará um país economicamente fragilizado, cujo tecido empresarial já opera sem margem de manobra. Convém que os candidatos ao governo compreendam essa realidade bem antes da posse, evitando surpresas no primeiro balanço trimestral de 2027, quando já será tarde demais.

### Endividado

A restrição fiscal agrava consideravelmente o quadro. A dívida bruta do governo geral chegou a 81,9% do PIB em junho, o maior nível desde 2021. O deficit primário acumulado atingiu R\$ 157,2 bilhões em 12 meses, com despesas de juros próximas de 9% do PIB. Projeções de mercado e da Instituição Fiscal Independente colocam a dívida acima de 86% do PIB em 2027.

Portanto, não há espaço para que o novo mandatário compre a paz social com aumento de gastos públicos. Tampouco será possível financiar a sobrevivência de empresas por meio de crédito público barato e indiscriminado. Esse seria o caminho mais rápido para transformar um problema de fluxo de caixa privado em um passivo fiscal permanente.

### Espaço para subsídios

Também não haverá lua de mel com a inflação. As expectativas para 2027 já rondam 4,3%, ficando acima do centro da meta, enquanto o Copom mantém a avaliação de riscos assimétricos para cima. Um governo que estreie prometendo estímulo à demanda encontrará o Banco Central obrigado a interromper ou reverter o ciclo de cortes. Isso jogaria de volta sobre as pequenas e médias empresas exatamente o custo financeiro que hoje as sufoca.

### A frase que foi pronunciada:

"O problema deixou de ser conjuntural e passou a ser estrutural. Não há qualquer sinal de melhora no curto prazo."

FecomercioSP, em relatório sobre a inadimplência empresarial no Brasil

### História de Brasília

A Quadra 48 ainda é a grande sem sorte da W3. Começaram o serviço de urbanização. Deixaram pelo meio, com esgotos e telefones cortados. Consertaram e deixaram a poeira. Agora, está sendo preferida pelos ladrões de automóveis. ( ***Publicada em 26/5/1962*** )